



## **Pós-Modernidade, Tempos Líquidos e Era Hipermoderna: rearticular a compreensão da História e da Educação em vista da emancipação.**

**César Nunes ([cnunes@unicamp.br](mailto:cnunes@unicamp.br))**

Por força do ofício sempre tenho buscado entender as contradições de nosso tempo e sociedade a partir de seus dados de bastidores, os condicionantes históricos e suas inspirações ideológicas. Não se trata de uma busca arqueológica meramente heurística, ou ainda que se configure como um caprichoso exercício de genealogia conceitual, tão a gosto de tantas epistemologias correntes, fragmentárias e indolores. Mas, ao contrário, tal intento nasce da constatação da angustiante premissa de que não encontramos outra possibilidade de compreender as contradições de nossa realidade se não buscarmos seus marcos históricos e políticos, nem tampouco reuniremos condições de superação dessas matrizes se não soubermos a solidez de seus fundamentos. Essa é a lição sempre presente do metódico Gramsci: pessimismo da inteligência, otimismo da vontade. E se traduz na criteriosa busca racional de desvendar a história e suas singularidades. O pensamento mágico, por sua vez, contenta-se com descrições fabulosas, alimenta-se de proposições ahistóricas e quase sempre acaba reforçando as eficientes armadilhas reais da dominação vigente, acaba legitimando a liturgia do *corpus* institucional do *establishment* e promovendo a continuidade do inusitado cinismo do *status quo*.

Nosso tempo é marcado por rápidas e intensas mudanças. O conhecimento técnico altera radicalmente nossa vida cotidiana interferindo em todas as dimensões de nossa sociedade. Torna-se necessário criar diretrizes éticas e coordenadas políticas para submeter as conquistas tecnológicas ao interesse e promoção do bem estar de todos. A escola se vê questionada a *assumir* novas funções e a *recuperar* alguns de seus atributos clássicos, bem como assumir novas identidades. Assim, torna-se necessário hoje planejar uma escola e uma nova proposta de educação voltada para a formação plena da cidadania e para a incorporação da cultura como processo de humanização. O conhecimento historicamente acumulado deve ser repassado a cada geração, de maneira sistematizada e criativa, a produzir condições de

compreensão da vida, das sociedades e conquistas da civilização humana. Um conhecimento posto a serviço da vida, da felicidade, da justiça e da sustentabilidade de todas as formas de produção e trabalho. A escola de hoje tem que incorporar criativamente os recursos e paradigmas clássicos postos pela tradição e ser capaz de assimilar e ordenar novas relações culturais, nossos contextos e disposições.

Conhecemos a famosa afirmação de Sartre: é preciso conhecer o que fizeram de nós, é preciso escolher o que vamos fazer com o que fizeram de nós. Essa dialeticidade entre o passado e o futuro é o penhor de nossa consciência e de nossas possibilidades. E, com a premissa sartreana explicitamos a primeira disposição do presente ensaio reflexivo sobre as delimitações e potencialidades das categorias de *tempo* e *espaço* na construção de nossas referências existenciais e científicas. Outra motivação: nem todos os cidadãos precisam ser historiadores, essa habilidade, ofício e vocação, é fruto de escolhas pessoais e sociais, disposições objetivas, estímulos fundamentados. Nem todos os educadores precisam ser professores de História, em seus diversos níveis e modalidades. Ser professor demanda outra série de disposições pessoais, sociais, institucionais etc. Muito menos somos obrigados a ser arquivistas, historiógrafos, cronistas, em sentido técnico. Mas de uma coisa temos certeza, todos nós precisamos ter uma consciência de nosso tempo, somos quase que obrigados a ter uma *consciência histórica*, isto é, reconhecer o nosso tempo e identificar o nosso espaço, se desejarmos ser sujeitos de nossa prática social, profissional e política. Assim, podemos deixar de lado as demais competências, mas não podemos nos furtar à consciência histórica de nosso tempo.

O presente texto busca apresentar duas dimensões de tempo e espaço, fundamentos de uma filosofia da história, de modo a fundamentar um debate entre supervisores, gestores, administradores, professores e educadores em geral sobre a questão da identidade da História e de seu ensino, nas formas e disposições do sistema educacional atual. Apresentamos uma concepção moderna de educação, centrada numa determinada conceituação de tempo e espaço, fundamento de uma forma de ensino e reflexão, em contraponto a uma concepção pós-moderna de tempo e espaço, consignada nas teses filosóficas que sustentariam as concepções fragmentárias e virtuais de tempo e espaço presentes nas abordagens contemporâneas neoliberais, a partir de seus centros de difusão e influências. Ao final apresentaremos algumas coordenadas históricas atuais, de modo a circunscrever um quadro interpretativo de nosso tempo e de nossas possibilidades.

Esse tema encerra uma dialética proposição entre o que somos, o peso e a força do passado, e o que poderemos realizar, a possibilidade política de construir o futuro. Somos

precisamente esse hiato dialético entre o passado e o futuro, que Sartre tão bem explicita em sua obra. Aqueles que se propõem a investigar e circunscrever o estatuto epistemológico da História, bem como intentam esclarecer sua natureza política, não podem prescindir de uma análise filosófica dessa proposição. Ainda que tenhamos uma consciência histórica desde a Grécia Antiga, quando Heródoto estabeleceu as bases de uma forma de saber que procurava a superação do pensamento trágico, mítico, determinista, por uma apreciação reflexiva dos acontecimentos e fatos, por uma analítica material das realizações e disposições humanas, uma questão central apresentava-se como uma *aporia*, o conceito de tempo. Libertos da determinação fatalista de Cronos, os homens ainda não reuniam condições objetivas para apreender o que seja ou possa ser o tempo. A filosofia clássica e os saberes do medievo são insuficientes para delimitar tal questionamento.

A Idade Moderna, considerada a partir do século XVI, constitui uma nova realidade política, capitaneada pela burguesia emergente, que anuncia a superação das forças produtivas medievais e revela a potencialidade da construção de um novo ideário ético político, jurídico e institucional. Nessa caminhada vitoriosa a burguesia anuncia os valores fundamentais da sociedade moderna, a igualdade, a liberdade, a prosperidade, a fraternidade, a afirmação do homem, o antropocentrismo, a razão como soberana, o *logos* como capaz de iluminar o mundo, a experiência como coadjuvante da transformação material do universo, o triunfo do racionalismo, a força demiúrgica do Estado, o primado das leis, a organização de uma nova ética e de uma nova sociedade. Foram essas as bases ideológicas da sociedade moderna, nascida do projeto denominado Era do Esclarecimento ou Iluminismo, um vertiginoso movimento de renovação cultural e rearranjo político e material na Europa e demais estados, nações e sociedades. Permaneceria, ainda que fantasmagórica, a questão do tempo e da realidade material, como suporte do grande edifício moderno.

Habermas afirma que o núcleo da filosofia moderna consiste exatamente na certificação racional da própria modernidade. Nessa trilha reflexiva encontramos uma questão: certificar a modernidade significaria explicitar sua identidade a partir do tempo e da apropriação do espaço. Ser moderno, em suma, consistiria em apreender uma determinada concepção do tempo numa contextualizada dimensão material-espacial. A filosofia moderna expressou em Kant a sua síntese perfeita: os imperativos categóricos, os conceitos apriorísticos, os fundamentos de qualquer possibilidade de consciência e, por conseguinte, de auto-consciência humana, configuram-se na definição de tempo e espaço. Nada existe, ou nada pode ser conhecido, a não ser a partir da explicitação do tempo e do espaço. Conhecer algo significaria explicitar sua natureza e identidade a partir de sua relação no tempo e no

espaço. Voltada à investigação do homem e de sua identidade e natureza a questão moderna se define por buscar entender a condição humana no tempo e no espaço. Espaços subjetivos, espaços coletivos, o público, o privado, o aqui e o acolá, são dimensões físicas e políticas que esclarecem uma materialidade apreensível do espaço. Tempo e espaço passam a constituir as bases, os fundamentos, as colunas de sustentação do que seja o homem, sua ação temporal, sua capacidade de transformação do mundo. Essa é, singularmente, uma questão moderna.

Hegel sentenciaria no século XVIII: *somos filhos do tempo!* E Marx, seu maior crítico, complementarmente: - *A história é a única ciência.* Mais do que uma ufanista auto definição a modernidade estaria inaugurando uma concepção de mundo e de ciência baseada na explicitação das categorias de tempo e espaço. Compreender a condição humana, existencial e social, significa dispô-la no tempo e no espaço, explicitar suas articulações, contradições, reações, fluxos, refluxos e embates. A dimensão moderna de tempo e espaço, ainda que não se considerasse otimista, abria dimensões de entendimento racional da história e planejamento esclarecido da apropriação do espaço pelos homens. A geografia e a história apresentavam-se como esticadoras dos horizontes modernos, ciências e conselheiras da marcha moderna do homem. Essa concepção moderna de tempo e espaço explicita-se no otimismo prático das ciências, a base material da modernidade, em conhecer e explorar todas as partes e formas da natureza. O espaço natural seria dissecado pelas ciências físicas e naturais, o espaço social pela ciência positiva ou sociologia, a própria alma humana teria sido objeto de investigação científica de modo a ser esclarecida sua identidade, gênese e desempenho. A história, a medicina, a pedagogia, a física, as ciências sociais, a biologia, a física aplicada, entre tantas outras expressões da modernidade, apontavam para a apropriação racional do espaço e definição vertiginosa do tempo. As ciências clássicas tinham expressado a categoria do tempo e espaço da filosofia e na geometria, as ciências modernas introduzem novas coordenadas referenciais, o tempo agora passa a ser concebido como movimento, materializado na mecânica moderna. O tempo, como base da história, é definido como o movimento contraditório das forças sociais, expostas dos espaços políticos, na direção de uma superação diacrônico, incessante, vigorosa, dinâmica. Essa dimensão escatológica, teleológica, otimista, se expressa tanto no idealismo evolucionista quanto no materialismo progressivista, em síntese, ambos destacadamente lineares e fidedignos conceitos militantes, constituindo a sanção sagrada da razão e integrando a máxima consciência da modernidade. Nessa concepção de mundo o tempo é a ação ou a própria materialização da consciência do homem, a mensuração de seu trabalho, a operação de suas potencialidades. O espaço é o mundo humano ou humanizado, em suas múltiplas dimensões.

Hobsbawn, um dos grandes historiadores de nosso tempo, credita ao século XX a guinada violenta nas direções propostas pela modernidade. E apresenta o sujeito histórico dessas mudanças, as forças produtivas e as relações de produção do capitalismo vitorioso. Todavia, a despeito dessa marcha vertiginosa, a contradição nodal aparece sempre, em sua trágica desumanidade. Um século de mudanças estruturais na economia e na política, rearranjos de interesses das sociedades e grupos hegemônicos e um saldo de sofrimento e perdas para a grande maioria dos homens. Depois de um ciclo de prosperidade, dos anos 1940 a 1970, chamado por Hobsbawn de Era de Ouro, estaríamos vivendo uma experiência transitiva para uma sociedade e economia consumista, individualista, atemporal ou ahistórica, presentista, e , na consideração do conceito de espaço, uma era que se pretende supra-espacial, virtualizando constantemente o tempo vivido e dilacerando vorazmente a realidade, ou ainda fragmentando nossas possibilidades de manejar o espaço e poder acreditar que ainda poderemos conduzir a realidade. No mundo da globalização as desigualdades sociais aumentaram na crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 1960.

O progresso econômico aconteceu à custa da “deteriorização ecológica”, da “padronização do desejo de consumo” e da “tecnologização da vida cotidiana” e no “desemprego em massa”, pois “os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços”. O que proporcionou tudo isso foi a substancial reestruturação e reformado capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia. A Era de Ouro “democratizou o mercado”- afirmou Hobsbawn. Como consequência desse processo estaríamos vivendo uma avassaladora mudança cultural. A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser melhor entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais coletivas e institucionalizadas. Sua tenaz análise de nosso tempo não deixa muitas lacunas: “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Essa dramática fase do capitalismo que estamos vivendo se caracteriza pelo “desmoronamento”, sobretudo das teses, das categorias e concepções, das instituições e disposições da fase anterior do capital, a modernidade otimista e racionalista. Viveríamos uma crise universal e global, que tem com causa fundamental a *transnacionalização* da economia mundial, criada na “Era de Ouro”, ideia esta que suplantava e solapava os regimes e sistemas de Estados nacionais. A consequência da crise foi geral, o desemprego em massa, depressões cíclicas diversas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto e de outro lado a

produção ostensiva de luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas, na fria descrição do historiador.

Além da crise econômica e política é salutar destacar, para uma consciência de nosso tempo, a crise moral e social, a proliferação da descrença em relação às conquistas modernas das teorias racionalistas e humanistas, abraçadas tanto pelo capitalismo quanto pelo comunismo, nos termos de sua identidade histórica no ciclo socialista (1917-1989). Segundo Hobsbawm, a crise moral e social “não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas”. Desapareceu toda a possibilidade de um movimento internacional capaz de fazer uma revolução mundial, centrado no modelo jacobino de 1793 e no modelo Russo de 1917. Daí que, numa perspectiva realista, “o mundo do terceiro milênio, portanto, quase certamente continuará a ser de política violenta e mudanças políticas violentas.” A única coisa incerta nelas é saber para onde estamos indo. O século XX terminou com a exposição de enormes contradições e paradoxos sociais: o grande aumento da produção de bens e serviços e a prevalência da desigualdade entre os povos ou o “alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo”; o fosso entre alfabetizados e analfabetos (especialmente funcionais); por um lado, o avanço da revolução tecnológica, especialmente nos transportes e nas comunicações e, por outro lado, inquietações, incertezas, desconfiança no futuro, gerados pelos barbarismos, hostilidades diversas, guerras sem razão que tiveram como grande vítima as populações civis, catástrofes humanas que produziram, desde as maiores carências e mortandades pela fome, registradas na história, até o genocídio sistemático.

Com a exposição desse quadro real estamos buscando delimitar o terreno das abordagens da História que se definem como pós-modernas. Temos clareza que a história heróica, a história narrativa linear, a desgastada concepção positivista evolucionista da História, a identificar a marcha do capital como a realização plena da história, enquadrada em etapas contínuas e deterministas; todas essas concepções não servem à causa da emancipação. Teremos que, por força de uma tradição educacional e escolar *ex privilegio*, excludente e seletiva, produtora ou reforço da marginalização social, superar a concepção e ensino de história baseada em disciplinas estanques, datações rígidas, movimentos descritivos e causas justificadoras de todas as formas de hegemonia políticas das elites proprietárias em nosso país. Mas, reorientar a interpretação da história não significa abandonar suas bases racionais e reduzi-la a um conjunto de fragmentos, impressões e simulacros descontínuos. Temos clareza que a concepção de *transversalidade*, de inspiração francesa, nascida das diversas gerações da Escola dos *Annales*, contém um fulcro rigoroso de embate com a concepção moderna, o que

precisaria ser muito mais contextualizado e aprofundado, antes de se traduzir numa fundamentação filosófica de políticas educacionais como categorias dispostas nos atuais Parâmetros Curriculares Nacionais.

Não é sem razão que Bauman afirma que a globalização acentua-se sobre duas negações, o *fim da história* preconizado por Fukuyama e à disposição de decretar o *fim da geografia*, denunciada por Paul Virilio. O tempo pós-moderno, entendido como expressão da globalização, é um tempo presentista, de fruição incessante, sem passado, sem conexões que possam ser ressignificadas dialeticamente; um tempo sem a marca da seta de Prigogine a nos indicar o futuro. Os planejadores do escrutínio do tempo do capital globalizado parecem desejar o delírio do imutável, a cessação do dinamismo, e a decretar a cíclica retenção ou repetição do mesmo, num delírio solipsista voraz. O espaço pós-moderno é a miragem da extraterritorialidade, do descontínuo, do simulacro, a visão da fantasmagoria, essa *matrix* política encarcerada no gozo da posse da mercadoria, na ânsia de consumir para ser, para existir. Um quadro de Goya pode muito bem esclarecer nossa contradição, o duelo de porretes sobre a areia movediça.

Assim, se o tempo e espaço modernos abriam possibilidades para a ação consciente de homem, para a delimitação do espaço material, do corpo, das dimensões do espaço público e privado, a desterritorialização devassa nossas fronteiras topográficas, derruba nossas marcas ontológicas e nos submete à ditadura da opacidade e da descontinuidade, da desrazão e das sombras. Nossa proposta consiste em olhar para trás, encontrar numa coerente visão do tempo e delimitação generosa e democrática dos espaços reestruturando nossa possibilidade de reorientação da modernidade, superando a razão instrumental por uma refundação da razão dialógica e da prática emancipatória, a enunciar nossos sonhos, nossa capacidade utópica de ir para a frente. Não sabemos para onde estamos indo. Mas podemos investigar e significar as razões pelas quais chegamos até aqui e construir utopias que nos movam a seguir adiante. Saber o que fizeram de nós e escolher o que vamos fazer com o que fizeram de nós. Estamos condenados a essa historicidade. Não basta requestrar nossas práticas com um saudosismo congelado ou ilustrá-la com um futurismo idealista. Mas tecer os fios de Ariadne, a nos conduzir nos labirintos do cotidiano para que não percamos essa esperança, rediviva num projeto político renovado, radicalmente democrático e plenamente participativo. A história é nossa única esperança.

Por fim, temos uma última apelação. Trata-se de uma necessidade política. O ensino de História precisa ser revisto e questionado, mas não se pode fazer essa mudança sem fundamentos. Superar uma história justificadora, uma metanarrativa linear e escatológica por

uma história pontual, presentista, grupal ou fragmentária não se apresenta como solução. O movimento, entendido como categoria política, é o motor da história. Somente será possível uma concepção dinâmica de transversalidade se tivermos uma sólida tradição crítica, que pudesse ser atravessada por uma geração esclarecida e politizada.

### ***Referências bibliográficas***

- ABREU, Gilberto* *A deserção da história: pós-modernidade e neoliberalismo como armadilhas do capitalismo global*, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt* *Globalização: as conseqüências humanas*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999.
- HABERMAS, Jurgen* *O discurso filosófico da modernidade*, Martins Fontes, São Paulo, 2001.
- VIRILIO, Paul*, *The Lost Dimension*, New York, Semiotext, 1991.
- HOBSBAWN, Eric* *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.
- PRIGOGINE, I.* *A administração do caos*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.
- SARTRE, Jean-Paul*, *Crítica da Razão Dialética*, Paz e Terra, São Paulo, 1989.
- ANDERSON, Perry* *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1992.